



## Organizar os Comitês de Luta para combater a repressão

O avanço do Estado policial, com suas leis repressivas e fortalecimento do aparato repressor, para criminalizar os movimentos sociais, impõe a organização dos comitês de luta. A dispersão do movimento e as formas de organização burocráticas têm custado caro e levado muitos companheiros a serem vítimas da ação truculenta da polícia, que comparece para agredir, prender e torturar manifestantes.

A burguesia ataca o direito à manifestação de rua sob o argumento de quebra da ordem pública. Falsifica e implanta provas para distorcer as causas que levam algumas centenas às ruas quase que diariamente. Movimento por moradia, por educação pública, contra a copa bilionária da burguesia, todos são tidos como criminosos.

A burguesia exhibe sua violência reacionária e repressora, uma

verdadeira demonstração de força e intimidação com o objetivo de disciplinar o movimento, para fazê-lo aceitar resignado o peso da exploração e opressão de classe.

Avança a repressão e a necessidade de combatê-la organizada, respaldada na mobilização de base e com uma direção política capaz de ligar a resistência à repressão à ditadura de classe da burguesia. O combate à repressão passa necessariamente por combater o Estado burguês, detentor do monopólio da violência.

Que os movimentos sociais organizem os comitês de bairro e estaduais, e que todas as correntes políticas participem, que seja discutido nas assembleias, que se elejam representantes para participarem do comitê. É urgente a necessidade de combater o avanço policial e o cerco às manifestações.

*Abaixo segue o manifesto da Corrente Proletária Estudantil em defesa da liberdade dos presos políticos, vítimas da ação repressiva da polícia a mando da burguesia que agiu centralizadamente para garantir seus interesses.*

*Até o fechamento da edição desse boletim, os dois continuam presos.*

## Liberdade imediata dos presos políticos!

### Por uma plenária dos movimentos sociais para combater a repressão do Estado policial

Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram detidos no dia 23 de junho no ato contra a copa. Ambos estão sendo acusados de associação criminosa, incitação à violência, resistência à prisão, desacato à autoridade e porte de artefato explosivo.

Fábio foi acusado de líder dos black blocs. Rafael levou vários tiros de borracha no peito e spray de pimenta nos olhos no último dia 12/06, na manifestação de abertura da copa, quando havia sido detido.

Fábio Hideki é funcionário da USP, estudante de jornalismo, não é organizado em corrente política, nem é black bloc e participa das manifestações de rua. Fábio não cometeu nenhum crime. É um ativista pacífico que atua no movimento estudantil e dos funcionários da USP. Esteve presente em muitas manifestações de rua porque defende as bandeiras levantadas pelo movimento. Foi preso num ato contra a copa, cujos gastos bilionários foram feitos diante do arrocho salarial e corte de verbas que são motivos da greve na universidade na qual Fábio é um militante atuante. Rafael

Marques é professor de inglês e ex policial militar.

Fábio é um jovem de princípios que acredita e defende a ação coletiva e isso nada tem haver com crime. O artefato encontrado em posse de Fábio foi implantado pela polícia, conforme se comprova nas gravações de sua prisão e depoimentos. A rápida transferência para a detenção do Tremembé, interior de São Paulo, tenta isolá-lo do movimento de resistência à sua prisão descabida. O Sintusp e os estudantes da USP estão organizando atos em defesa da soltura imediata dos dois presos políticos.

A polícia, cão treinada da burguesia, tem de falsificar o crime, porque sabe que o movimento popular, sindical e estudantil não

é criminoso. É legítimo lutar por salário, por emprego, por educação pública e gratuita, por um sistema único de saúde gratuito que realmente sirva para atender os doentes, é legítimo lutar por moradia.

Fábio e Rafael não tinham explosivos, não são membros de uma associação criminosa.

A burguesia mente para lançar os holofotes sobre um movimento descaracterizando-o.

Assim a burguesia pretende temporariamente se esconder dos seus reais crimes.

A burguesia é quem explora o trabalhador, paga salários de miséria, demite milhares de operários e assalariados, matando de fome suas famílias. É a burguesia quem manda matar a juventude pobre sem perspectiva de vida e à mercê do narcotráfico.

É a burguesia quem mata os doentes nos hospitais públicos sem médico e sem remédio. É a burguesia quem priva a maioria de se formar no ensino médio, o que dirá na universidade. A burguesia é a criminosa.

A repressão é a expressão mais clara da ditadura de classe da burguesia. Ela tem suas inúmeras leis que golpeiam e criminalizam o movimento como a lei anti-greve, anti-terrorista, anti-máscara, lei da copa. Exibem a fortaleza do seu aparato militar incrementado para conter com mais eficiência as mobilizações. A contenção das massas é uma necessidade diante da crise capitalista. A burguesia sabe que dias piores virão. Os governos não sustentarão por muito mais tempo o crescimento da economia por meio das medidas administrativas de incentivo fiscal. As demissões em massa virão e o poder da burguesia estará em risco.

A repressão avança para conter os oprimidos.

Para amedrontar os mais fracos, os despolitizados que não entendem a inevitabilidade do confronto com as forças armadas. O Estado, instrumento da burguesia, tem monopólio da violência e não tarda em despejar toda a sua força sobre os que resistem ao aumento da exploração. Atacará a todos os movimentos indiscriminadamente.

A tarefa colocada é a unidade de todos para combater de forma organizada e conjunta a repressão do Estado policial. A **PLENÁRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS** é a materialização dessa unidade. Que as entidades estudantis, os sindicatos e centrais sindicais convoquem suas assembleias e chamem os trabalhadores e

*A moção abaixo é parte da campanha do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão em defesa dos presos políticos Fábio Hideki e Rafael Marques. O POR compõe esta frente de luta e convoca a todas as entidades estudantis sindicais a assinarem a moção, uma atitude em defesa do direito democrático de se manifestar. É o movimento de conjunto que está sendo atacado pelo Estado Policial. Encaminhar as moções para: [comite.contrarepressao@gmail.com](mailto:comite.contrarepressao@gmail.com)*

estudantes a discutirem sobre essa proposta. É urgente o combate unitário à repressão!

**LIBERDADE IMEDIATA A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!**

**FIM DOS CERCOS POLICIAIS ÀS MANIFESTAÇÕES!**

**PELO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO!**

**FIM DE TODOS OS PROCESSOS AO MOVIMENTO!**

**FIM DA PM!**

**ABAIXO AO GENOCÍDIO À JUVENTUDE POBRE E NEGRA!**

**ABAIXO AO GENOCÍDIO NO CAMPO!**

**ABAIXO AO GENOCÍDIO À POPULAÇÃO INDÍGENA!**

**POR UM TRIBUNAL POPULAR PARA JULGAR OS CRIMES**

**DA BURGUESIA!**

## Moção em defesa da liberdade imediata de Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi

Ao governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin

Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram presos no dia 23 de junho no ato contra a copa. As acusações imputadas são por associação criminosa, porte de explosivos, incitação à violência, resistência à prisão e desacato à autoridade. A justiça negou o Habeas corpus e decretou prisão preventiva e os dois seguem detidos na cadeia de Tremembé, interior de São Paulo.

Fábio foi preso dentro do metrô quando o ato já havia acabado. Sua mochila foi revistada e as câmeras do metrô mostram que não possuía nenhum artefato explosivo. Nunca teve envolvimento com os black blocs, como diz a polícia e a mídia. É réu primário, é funcionário e estudante da USP e ativista político. Rafael é professor de inglês e ex-policial militar.

Sr. Governador Geraldo Alckmin, a ação disciplinar da polícia ao prender Fábio e Rafael, enquadrados como criminosos, descaracteriza o movimento que luta por reivindicações (educação, saúde e moradia) e fere um direito democrático à livre manifestação, que deve ser assegurado a todos. Fábio e Rafael são presos políticos, não são criminosos.

Vimos por meio dessa moção reivindicar que o Sr. governador liberte imediatamente Fábio e Rafael e que não recaia sobre os mesmos nenhum processo criminal. Reivindicamos ainda que aceite a legitimidade das manifestações.

*Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão*

Sindicato/Entidade \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

### Bahia

## Comitê contra a Repressão divulga a cartilha “Lutar não é crime” e integra as manifestações em Salvador

Lançada no dia 10 de junho na Faculdade de Educação da UFBA, a cartilha “Lutar não é crime” foi elaborada pelo conjunto das entidades, correntes e partidos que participam da sua organização. A cartilha não só denuncia as leis repressivas que estão sendo aplicadas pelo Estado e governos tanto do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua base aliada, quanto da oposição de direita contra os manifestantes, movimentos sociais, entidades sindicais e lutadores, como chama as organizações a defender política e juridicamente os presos e processados.

Esse conjunto de leis repressivas se volta contra as paralisações e greves dos trabalhadores, armando a justiça burguesa e as polícias para reprimir os grevistas e impor multas aos sindicatos, de modo a sufocar as lutas contra o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho das categorias. São essas mesmas leis que municiam o aparato repressivo e

a justiça a enquadrar manifestantes e lutadores em crimes como formação de quadrilha, dano, desacato à autoridade e incitação ao crime.

Entretanto, as manifestações continuam a ocorrer em várias capitais, denunciando os gastos bilionários com a Copa do Mundo, que engordam os bolsos dos capitalistas e da FIFA. O Comitê contra a Repressão em Salvador-BA tem participado das manifestações e divulgado a cartilha entre os ativistas.

Lembramos que só nas duas primeiras manifestações em junho (dias 12 e 13) foram presos 33 manifestantes, 10 no primeiro dia e 23 no segundo. Só neste ano, já foram presos 51 manifestantes em Salvador. O POR, que integra o Comitê contra a Repressão, tem participado ativamente das manifestações juntamente com outras organizações, denunciando a repressão e solidarizando-se com os presos e processados.

## Unifesp Guarulhos Justiça burguesa condena lutadores do movimento estudantil!

Estudantes que ocuparam a diretoria acadêmica na Unifesp de Guarulhos em 2012, reivindicando a construção de um prédio definitivo da universidade e fim dos processos a estudantes da greve de 2008, são condenados pela justiça a cumprir 15 dias de cadeia ou pagar um salário mínimo. A justiça já havia oferecido a Transação Penal, um “acordo” em que o acusado assume a culpa, paga a pena de um salário mínimo, ficando por 5 anos na geladeira, proibido de se envolver com o movimento, com isso evitaria a denúncia do Ministério Público. Na época, dos 46, 18 assinaram. Dentre esses, os militantes do PCO, que não apenas descumpriram a deliberação coletiva do movimento de não assinar, como militou para que outros também caíssem na armadilha da justiça.

As vítimas da polícia, transformadas em réus, são agora condenadas por defender a universidade pública, contra o REUNI privatista e precarizante aplicado concomitantemente com o avanço do ensino superior privado, que hoje detém 85% de todas as matrículas, sendo a recente fusão do Grupo Anhanguera-Kroton o maior monopólio educacional do mundo, com quase 1,0 milhão de alunos, quase o mesmo número de todas as federais do país.

A justiça toma como base o “acordo” assinado para condenar aqueles que não se renderam e mantiveram até o fim a defesa da legitimidade das bandeiras e dos métodos do movimento. Hoje, o prédio está sendo construído. Uma verdadeira conquista do movimento que foi capaz de sair do isolamento de um bairro operário e periférico da cidade de Guarulhos, conquistou espaço na mídia burguesa pela radicalidade e dureza de uma greve que durou 5 meses, sob repressão e tortura da polícia.

### Diretoria Acadêmica abre mais sindicâncias contra estudantes!

Daniel Vasquez, diretor acadêmico, abriu em junho sindicâncias contra estudantes mães que lutam por creches na universidade. O dossiê continha informações coletadas do facebook e outras redes sociais. A sindicância é em represália à denúncia do Movimento por Creches pelas agressões verbais do diretor às estudantes que levaram seus filhos à reunião da Congregação (a ação foi comparada com as mães que os levam aos prostíbulos). A creche foi uma das reivindicações do movimento de 2012 que agora está sendo condenado. O movimento estudantil deve realizar a defesa dos que sofrem as sindicâncias, retomar a luta por creches como parte da pauta reivindicatória. Fim de todas as sindicâncias imediatamente!

### Manobra para sair dos Pimentas

Após a greve de 2012, o governo federal autorizou a construção do prédio da Unifesp nos Pimentas, bairro operário de Guarulhos. A burocracia correu para fechar um acordo de aluguel milionário no centro de Guarulhos com o Grupo Torricelli, que mantém negócio com a megacorporação multinacional Anhanguera-Kroton, para onde seria transferida a universidade temporariamente até que o prédio definitivo ficasse pronto. Com a construção a passos rápidos, essa mesma camarilha tenta dar um golpe no movimento ao manifestarem publicamente interesse em comprar o prédio do Torricelli, o que garantiria a permanência no centro de Guarulhos e não nas periferias. Essa mesma casta burocrática já havia sabotado inúmeras vezes a construção do prédio no bairro dos Pimentas, já tentaram viabilizar a transferência para São Paulo. É uma burocracia preconceituosa e elitista. Fora Burocracia, o movimento é quem decide! Nada de dar dinheiro para o setor privado! Unifesp de Guarulhos nos Pimentas!

## Justiça oferece punição antecipada aos processados da “moradia retomada”(CRUSP)

No dia 23 de julho, haverá nova audiência dos estudantes processados da moradia estudantil. O processo criminal foi aberto a partir da brutal reintegração de posse da ocupação “Moradia retomada”, que contou com mais de 300 policiais.

Nesse dia, o juiz oferecerá aos estudantes a “suspensão condicional do processo”. Caso os estudantes aceitem, o processo será suspenso por um período que será apresentado na audiência (documentos anteriores apontam para 2 anos). Se neste tempo os estudantes: não sofrerem nenhum outro processo e cumprirem algumas determinações do juiz (como comparecerem ao fórum todo mês para dizer onde estão morando) o processo não será levado adiante. Ou seja, os estudantes não poderão participar do movimento político, ficarão de molho, pois qualquer prisão que eles sofram fará com que o processo volte de onde parou. E o objetivo é claramente acabar com o movimento político reivindicatório, pois a repressão tem sido tão brutal que, até num debate aberto contra a repressão, 5 manifestantes mais 2 advogados foram presos.

**Devemos rechaçar a suspensão condicional e fazer a defesa política dos camaradas.** Eles são vítimas da repressão, que lhes arrancou sua moradia, e agora estão sendo transformados em réus com tal processo. Aceitar a suspensão é aceitar uma punição antecipada. Não aceitamos! Os estudantes processados da UNIFESP passaram por situação semelhante com a “transação penal”, e os que aceitaram tiveram sua punição antecipada. **A tarefa agora é fortalecer o movimento político e impedir que nossos lutadores sejam punidos por lutar pelas suas necessidades mais elementares.**

## DENÚNCIA: PSTU capitula à repressão e agride militantes do POR e independentes

A Conlutas convocou um ato no dia de abertura da Copa, concentrado em frente ao sindicato dos metroviários de São Paulo. A manifestação foi contra a copa e em defesa dos 42 metroviários demitidos. Outro ato composto pelos black blocs, que se concentrou nas proximidades, após ser dispersado pela repressão, caminhou até o sindicato, pretendendo se unificar. O local estava cercado pela polícia que tinha ordens de reprimir a manifestação.

Por duas vezes, o PSTU capitulou diante da repressão: primeiro, quando fez um cordão de isolamento proibindo a ultrapassagem dos black blocs. Segundo: após acordo com a polícia que já reprimia o movimento, PSTU abre os portões do sindicato e chama os manifestantes a entrarem, mas proíbe os black blocs e até metroviários da oposição. No carro de som, dirigentes do PSTU diziam à polícia para não reprimir o ato da Conlutas, pois tinha o caráter pacífico, diferentemente do outro.

A certa altura, o PSTU dá ordens de fechar o portão do sindicato e a polícia ordena a limpeza da rua. Militantes do POR e independentes que impediram o fechamento do portão foram agredidos. PSTU adota prática gangsteril para impor sua política, e, com atitude criminosa, age para entregar parte do movimento à polícia.



## Governo aprova PNE

Após três anos e meio, o Plano Nacional da Educação é aprovado no Congresso. As diretrizes e metas a serem adotadas pelos municípios, estado e pelo governo federal têm por princípio a defesa dos interesses privados do setor da educação. Pressupõe a coexistência do ensino público e o privado, o que na prática significará o beneficiamento dos capitalistas em detrimento da educação pública, que já se encontra em um estágio avançado de precarização. O PNE do PT é privatista e excludente. Não garantirá o cumprimento da tarefa democrática de educação a todos em todos os níveis. Mantém a educação como um privilégio da burguesia e da pequena burguesia.

## USP: Crise orçamentária – burguesia pressiona para a cobrança de mensalidade Por uma assembleia universitária para tomar em suas mãos o destino da universidade

A reitoria, no começo do ano, anunciou que a universidade está falida. Na sequência, implementou uma série de medidas de cortes, como o reajuste Zero aos funcionários e docentes, corte de bolsas estudantis, redução dos repasses para permanência e pesquisa, negligência ao caso da EACH – um campus contaminado pelo despejo de terra tóxica, autorizado pela burocracia.

A resposta inicial da direção estudantil PSol/PSTU foi de não convocar a assembleia geral e boicotar as iniciativas de setores da oposição que tentaram se organizar por meio de assembleia de unidade aberto a participação de todos, como na FFLCH. Os funcionários e docentes aprovaram greve em resposta ao reajuste zero. A direção do DCE, seguidista dos professores (ADUSP/Fórum da Seis), convocou uma assembleia após três meses de aula e defendeu, emblocada com o MNN, LER-QI e Consulta/PT, a greve estudantil de apoio à greve salarial, e encerrou a mesma sem discutir ou votar mais nada. Isso levou a uma greve estudantil de apoio passivo à greve salarial, com os estudantes desmobilizados.

O movimento segue há 5 semanas e o governo e as reitorias continuam intransigentes. Os funcionários são o setor mais radicalizado, com atos e tranço de portão semanalmente. Sob a política seguidista do DCE, os estudantes estão em casa, as assembleias de curso e geral e o comando de greve estão esvaziados. Os eixos (cotas, permanência, EACH e processos) só foram aprovados na terceira assembleia e não respondem ao problema da crise. Na última assembleia, que foi indicativa, aprovou-se reafirmar aos docentes a convocação de uma assembleia geral universitária e a investigação independente das contas da universidade realizada pelo movimento.

O Tribunal de Contas e a reitoria realizam auditoria nas contas da universidade que servirão para respaldar os cortes e o arrocho salarial, responsabilizando pela crise à folha de pagamento. Servirá também para fortalecer o discurso da burguesia que vem pressionando para a cobrança de mensalidade.

**O movimento deve responder à crise defendendo a ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA que aprove uma comissão para apurar de forma independente as contas da universidade, determine as reais necessidades orçamentárias que atendam às reivindicações de estudantes, funcionários e professores, imponha o financiamento integral a ser garantido pelo Estado, e que julgue a corrupção da burocracia universitária, concluindo na expulsão da reitoria e de toda a sua camarilha da universidade e instituindo o GOVERNO TRIPARTITE, eleito com voto universal, com mandato revogável e submetido à assembleia geral universitária.**

## IFSP: Reitoria atua para acabar com a greve

Greve nacional dos Institutos Federais, que iniciou em 21 de abril, se encerra no campus de São Paulo/capital no dia 13 de junho, sob forte pressão da reitoria, que enviou os seus capachos burocratas a votarem pelo fim da greve na assembleia.

Em meio à greve, o reitor se reuniu com os estudantes bolsistas que há três meses não recebiam o pagamento e com os que tiveram suas bolsas cortadas. Disse não ter conhecimento dos atrasos e, quando soube, fez de tudo para garantir o pagamento, mas agora o Instituto não tinha dinheiro em caixa e por isso teria que enxugar os gastos. Com isso, o reitor contribuiu para bloquear a mobilização estudantil.

Aos funcionários, prometeu atender pontos da pauta local, usando-os como ponto de apoio para encerrar com a greve na capital. Certamente, o cumprimento das reivindicações não passará do campo da promessa. Se os dois meses de greve não serviram para abrir sequer uma reunião de negociação com o reitor, o que dirá agora sem o instrumento de pressão dos trabalhadores. O reitor, ao agir para encerrar a greve no campus, contribuiu para enfraquecer a greve nacional, se mostrando um agente do governo federal, o qual vem se mostrando intransigente.

Membros do sindicato atuaram desde o começo da greve para impulsioná-la e retirá-la do isolamento. Uma série de atividades foi feita, como debates, colagens de cartazes, distribuição de boletins, ida a atos de outras categorias em greve defendendo a unidade do movimento, entrega de moções de apoio, dentre outras. Mas a greve seguiu isolada, não havia a força dos estudantes, contidos pela ação direta da reitoria e da direção estudantil colaboracionista. Pesou também a falta de uma intervenção mais incisiva da direção nacional do SINASEFE/CONLUTAS, que não organizou atos de rua nas capitais de cada estado e um nacional que não se restringisse a Brasília. A greve na maioria dos estados se mantém sob as mesmas características: isolada, sem manifestação de rua e sem choque direto com o governo federal, segue uma greve de pressão parlamentar.

Nos últimos dias da greve, quando a investida da reitoria foi maior, a direção do sindicato capitulou e atuou contra o movimento, ao pedir a funcionários que estavam em greve para fazerem a matrícula do SISU. Essa capitulação precisa ser corrigida perante o movimento, de maneira a defender o próprio sindicato como um instrumento de luta, uma conquista da classe operária, que deve servir para combater os inimigos do movimento, nesse caso a reitoria e o governo federal, e não para auxiliá-los.

## Por que o PCR pensa ser o dono do DCE/UFMG?

A União Juventude Rebelião (UJR), corrente estudantil do Partido Comunista Revolucionário (PCR), está há vários anos dirigindo o DCE. Apoiando-se em laços de amizade, em uma política festiva e apostando na despolitização da maioria, apropriou-se do dinheiro dos estudantes e conduziu o movimento, dando as costas para as bandeiras estudantis, ignorando a necessidade de luta. Uma direção que foi eleita sob a promessa de se basear nas assembleias, mas tem mostrado sua velha prática burocrática de reuniões a portas fechadas e a resistência em fazer a prestação de contas, pendente há três anos. Essa prática contribuiu para a despolitização dos estudantes, os desarmando para combater a investida precarizante e privatista do governo federal.

### Prática aparelhista da direção do DCE

O aparelhamento promovido pelo PCR se revela em diferentes maneiras, na quebra da democracia estudantil, no isolamento da oposição, na confecção de carteirinhas e na corrupção com o dinheiro do DCE. O atual tesoureiro confessou ter pago aluguel de seus amigos com o dinheiro dos estudantes. Além disso, festas particulares são promovidas com o caixa do DCE. Sucessivas manobras postergam a apresentação dos balancetes, que estatutariamente deveria ser a cada três meses. Nada é decidido coletivamente.

Embora seja claro a todos que o PCR não expressa os interesses dos estudantes e não está à altura de organizar as atividades de forma combativa e independente, uma parcela da vanguarda mantém apoio a essa corrente, seguindo a política do “menos pior”. Na última eleição, estudantes de direita (PSB com uma ala da UJS) se organizaram para disputar a direção do DCE. Contudo, devemos ter claro que o desenvolvimento de um movimento combativo só será possível por meio da criação de uma oposição aos estalinistas do PCR, pois estes bloqueiam a luta. **Uma oposição programática, que defenda realmente a democracia estudantil e os métodos de ação direta, a independência política e financeira frente aos governos e à burguesia e que combata os estalinistas, os governistas e a direita organizada na universidade.**